

**Na corda bamba de
sombriha a saúde
no fio da história**

Ministro da Saúde
José Gomes Temporão

Fundação Oswaldo Cruz
Presidente
Paulo Emami Gadelha Vieira

Casa de Oswaldo Cruz
Diretora
Nara Azevedo

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
Diretora
Isabel Brasil Pereira

Observatório História e Saúde / Rede Observatório
de Recursos Humanos – SGTES/MS
Coordenador
Fernando A. Pires-Alves

Observatório dos Técnicos em Saúde / Rede
Observatório de Recursos Humanos – SGTES/MS
Coordenador
Monica Vieira

Organizadores
Carlos Fidelis Ponte
Ialê Falleiros

Autores
Ana Lúcia de Moura Pontes
Anamaria D'Andrea Corbo
Carlos Fidelis Ponte
Carlos Henrique Assunção Paiva
Cristina M. O. Fonseca
Dilene Raimundo do Nascimento
Felipe Rangel S. Machado
Fernando A. Pires-Alves
Flávio Edler
Gustavo Correa Matta
Ialê Falleiros
José Roberto Franco Reis
Júlio César França Lima
Lorelai Brilhante Kury
Márcia Cavalcanti Raposo Lopes
Maria das Graças Dourado Cardoso Tonhá
Márcia Valéria Cardoso Morosini
Martha Pompeu Padoani
Nísia Trindade Lima
Renata Reis Cornélio Batistella
Simone Petraglia Kropf

Na corda bamba de sombrinha a saúde no fio da história

Observatório História e Saúde (COC)
Observatório dos Técnicos em Saúde (EPSJV)
Fundação Oswaldo Cruz

Organizadores
CARLOS FIDELIS PONTE
IALÉ FALLEIROS

Agosto de 2010



Ministério
da Saúde



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Casa de
Oswaldo Cruz



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE
JOAQUIM VENÂNCIO



Organização
Pan-Americana
da Saúde

Ente Regional para as Américas da
Organização Mundial da Saúde

Pesquisa Iconográfica	<i>Cátia Guimarães</i>	<i>Cláudia Trindade</i>
Coordenação	<i>Felipe Rangel S. Machado</i>	<i>Centro de Pesquisa e Documentação</i>
<i>Luis Octavio Gomes de Souza</i>	<i>Fernando A. Pires-Alves</i>	<i>da Fundação Getúlio Vargas</i>
<i>Aline Lopes de Lacerda</i>	<i>Gustavo Correa Matta</i>	<i>Coordenadoria de Comunicação Social</i>
	<i>Ialê Falleiros</i>	<i>da Fiocruz</i>
Pesquisa	<i>José Ribamar Ferreira</i>	<i>Dora Gouget Ponte</i>
<i>Alline Torres Dias da Cruz</i>	<i>José Roberto Franco Reis</i>	<i>Elifás Andreato</i>
<i>Luis Octavio Gomes de Souza</i>	<i>Juliana Chagas</i>	<i>João Bosco</i>
<i>Marcela Alves Abrunhosa</i>	<i>Júlio César França Lima</i>	<i>Jorge Ricardo Pereira (Arquivo da</i>
	<i>Márcia Cavalcanti Raposo Lopes</i>	<i>revista Radis)</i>
Reprodução fotográfica	<i>Maria das Graças Dourado Cardoso Tonhá</i>	<i>Júlia Cavour Ponte</i>
<i>Roberto Jesus Oscar</i>	<i>Márcia Valéria Cardoso Morosini</i>	<i>Luiz Roberto Tenório (Secretaria</i>
<i>Vinicius Pequeno</i>	<i>Martha Pompeu Padoani</i>	<i>Municipal de Saúde de Niterói)</i>
	<i>Renata Reis C. Batistella</i>	<i>Magali de Oliveira Amaral</i>
Revisão e edição de textos	<i>Tarcísio Pereira de Souza</i>	<i>Maria Fernanda Cebrian</i>
<i>Alba Gisele Guimarães Gouget</i>	<i>Zeca Buarque Ferreira</i>	<i>Maria Teresa Bandeira de Mello</i>
<i>Marina Simões (capítulo 10)</i>		<i>(Arquivo do Estado do Rio de Janeiro)</i>
	Apoio à Gestão do Projeto	<i>Maria Teresa Precht de Mesquita</i>
Projeto gráfico e diagramação	<i>Josiane Ribeiro Silva</i>	<i>Mirian Alves Cavour</i>
<i>Fernando Vasconcelos</i>	<i>Jeferson Mendonça Silva</i>	<i>Nizia Corrêa Dias</i>
	Agradecimentos	<i>Lais Ângela Lopes Tavares (Arquivo</i>
Ilustrações	<i>Aldir Blanc</i>	<i>da revista RADIS)</i>
<i>Walter Vasconcelos</i>	<i>Ana Celia Castro</i>	<i>Sátiro Nunes (Arquivo Nacional)</i>
	<i>Ana Paula Ferreira dos Santos</i>	<i>Paulo Knauss (Arquivo do Estado</i>
Participantes da oficina de discussão e	<i>André Malhão</i>	<i>do Rio de Janeiro)</i>
elaboração do projeto original	<i>Arquivo do Estado do Rio de Janeiro</i>	<i>Peter Illiciev (Coordenadoria de</i>
<i>André Vianna Dantas</i>	<i>Artur Cebrian Muniz</i>	<i>Comunicação Social/Fiocruz)</i>
<i>Anakeila de Barros Stauffer</i>	<i>Beatriz Cebrian Muniz</i>	<i>Rodrigo Kury Ponte</i>
<i>Ana Lúcia de Moura Pontes</i>	<i>Carlos Morel</i>	<i>Rosângela de Almeida Costa</i>
<i>Anamaria D'Andrea Corbo</i>	<i>Cecília Maria Murrieta Antunes</i>	<i>Bandeira (Museu Histórico Nacional)</i>
<i>Carla Gruzman</i>	<i>Clara Cavour Ponte</i>	<i>Ruth Martins</i>
<i>Carlos Fidelis Ponte</i>	<i>Cláudia Chamas</i>	
<i>Carlos Henrique A. Paiva</i>		

P813 Ponte, Carlos Fidélis, org.

Na corda bamba de sombrinha : a saúde no fio da história/ Carlos Fidélis e Ialê Falleiros organizadores. – Rio de Janeiro : Fiocruz/COC; Fiocruz/EPSJV, 2010.

340 p. ; il.

ISBN: 978-85-85239-65-7

1. Saúde. 2. História. 3. Sistema Único de Saúde. 4. Pessoal de Saúde. 5. Brasil. I. Falleiros, Ialê.

CDD 614

Sumário

Prefácio	9
Apresentação	15
Introdução	19
1 – Saber médico e poder profissional: do contexto luso-brasileiro ao Brasil Imperial Flávio Coelho Edler	25
2 – O Brasil no microscópio Carlos Fidelis Ponte	49
3 – O sanitarismo (re)descobre o Brasil Carlos Fidelis Ponte, Simone Petraglia Kropf e Nísia Trindade Lima	75
4 – Saúde pública e medicina previdenciária: complementares ou excludentes? Carlos Fidelis Ponte, José Roberto Franco Reis e Cristina M. O. Fonseca	113
5 – Saúde e desenvolvimento: a agenda do pós-guerra Fernando A. Pires-Alves, Carlos Henrique Assunção Paiva e Ialê Falleiros	153
6 – Os anos de chumbo: a saúde sob a ditadura Carlos Fidelis Ponte e Dilene Raimundo do Nascimento	181
7 – O coração do Brasil bate nas ruas: a luta pela redemocratização do país José Roberto Franco Reis	221
8 – A Constituinte e o Sistema Único de Saúde Ialê Falleiros, Júlio César França Lima, Gustavo Correa Matta, Ana Lúcia de Moura Pontes, Márcia Cavalcanti Raposo Lopes, Márcia Valéria Cardoso Morosini e Anamaria D'Andrea Corbo	239
9 – A Política Nacional de Saúde nos anos 1990 e 2000: na contramão da história? Júlio César França Lima	279
10 – Trabalho e educação em saúde na agenda do SUS Fernando Pires-Alves, Carlos Henrique A. Paiva, Renata Reis, Maria das Graças Dourado Cardoso Tonhá e Martha Pompeu Padoani	313



Prefácio

A saúde como campo de saberes e práticas interdisciplinares desenvolveu-se de modo inusitado ao longo do último século. De fato, nunca se experimentaram e discutiram tantos modelos e formas de atenção à saúde, bem como nunca se produziu tanto conhecimento sobre esta temática como no século XX.

Na profusão de artigos e linhas de pesquisa surgidos nesse período, a questão da formação dos trabalhadores em saúde vem também ganhando forte relevo. Ainda que talvez tardiamente reconhecida como um dos pilares de sustentação das políticas públicas, a formação dos trabalhadores tem merecido maior atenção tanto dos estudiosos quanto dos planejadores e gestores dos serviços de atendimento e promoção da saúde.

A noção de que a formação dos profissionais de saúde deve permitir aliar o domínio da técnica com a capacidade de agir politicamente na defesa do patrimônio público e da cidadania vem conquistando adeptos e tem motivado a reflexão de educadores, historiadores e cientistas sociais. Entretanto, grande parte da recente produção acadêmica sobre a temática da saúde pública tem se mantido restrita aos círculos da pós-graduação, deixando os cursos técnicos e de graduação em segundo plano e, eventualmente, distantes de uma literatura atualizada.

A força de trabalho do setor compõe-se de uma grande diversidade de profissões. Apesar dos esforços realizados nas últimas décadas, as especificidades desse conjunto de trabalhadores ainda estão por merecer um número maior de estudos. Reconhece-se também que a diversidade profissional que caracteriza a força de trabalho mobilizada pelo setor necessita encontrar pontos de articulação e produção de sentido.

A este respeito, a partir das últimas décadas, historiadores, cientistas sociais, profissionais e gestores têm se questionado sobre a necessidade de incorporação da história no campo da saúde. Para muitos analistas, a compreensão dos processos históricos nesse domínio pode contribuir para uma postura mais crítica, participante e propositiva por parte do seu corpo técnico. Acrescentam, ainda, que uma percepção mais acurada do momento histórico, aliada à participação nos fóruns de discussão dos objetivos e diretrizes que norteiam a ação pública, tendem a produzir um grau de engajamento maior dos trabalhadores na condução das políticas sociais.

Em consonância com esta perspectiva, o Observatório História & Saúde e o Observatório dos Técnicos em Saúde, estações de trabalho da Rede Observatório de Recursos Humanos (Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde – Ministério da Saúde/Organização Pan-Americana da Saúde-Brasil) sediados, respectivamente, na Casa de Oswaldo Cruz e na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, trazem a público esta obra ilustrada, um videodocumentário, uma exposição itinerante e outros recursos instrucionais que estarão amplamente disponíveis em nossos sítios na internet. Retomando parcerias anteriores neste mesmo domínio, a Casa de Oswaldo Cruz e a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio chamam a atenção do público e dos profissionais que atuam na área para os caminhos trilhados pela saúde brasileira ao longo de sua história. A ideia perseguida pelos organizadores é incorporar a dimensão histórica às discussões sobre os diversos aspectos que integram a construção do SUS, como ponto de chegada de um percurso coletivo, e o equacionamento dos problemas por ele enfrentados. Acredita-se que, ao inscrever as políticas e práticas de saúde no agitado leito da temporalidade histórica,

é possível oferecer uma compreensão mais ampla e plural dos caminhos e descaminhos por elas percorridos, valorizar os elementos de continuidade e de mudança presentes nessa trajetória e potencializar o enfrentamento dos seus atuais desafios.

O título *Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história* refere o contexto histórico de gestação do SUS, como objetivo da reforma sanitária brasileira e parte do movimento de reconquista da vida democrática, que Aldir Blanc e João Bosco expressaram na forma de um samba exaltado pelas ruas do país. Refere, igualmente, os desafios hoje interpostos à sua sustentabilidade como conquista de um direito. O faz, sobretudo, sob os signos da esperança e do compromisso.

Nara Azevedo
Casa de Oswaldo Cruz

O livro que chega às mãos do leitor é produto da memória da saúde pública e suas inflexões na formação de trabalhadores da saúde. Seus autores compartilham a noção de que a memória é trabalho, sempre trabalho individual e coletivo. Soma-se a isto a compreensão crítica de que “tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos e dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas” (Le Goff, 1990). No caso, memória que vai desde o enfoque da saúde na Colônia e no Império – com ênfase no trabalho dos práticos, nas primeiras regulações sanitárias e na construção de um campo de saber médico conformador de uma nova saúde pública, fundamentada nas novas descobertas científicas e no confronto com o saber popular –, passando pela 8ª Conferência Nacional de Saúde e a inscrição do capítulo da seguridade social na Constituição de 1988, até a apresentação de um balanço do SUS nos seus vinte anos de existência, por meio da análise dos seus princípios e diretrizes, e de seus desdobramentos no campo da formação de trabalhadores para a saúde.

Ao analisar a educação e a saúde pública no contexto da luta entre projetos antagônicos de sociedade formulados no interior da formação histórica chamada capitalismo, os autores buscam explicitar as contradições e tensões que envolvem as disputas entre o modelo privatista da saúde e o modelo de saúde pública como direito de todos e dever do Estado. Essa disputa é evidenciada ao abordarem a chamada década perdida no viés econômico – que é, por outro lado, no Brasil, também uma década de efervescência política e cultural no processo de reconstrução dos movimentos sociais e populares e de derrubada da ditadura militar.

Cabe notar que os autores compreendem que a história é sempre história do presente. E que é preciso atualizar o conhecimento e as teorias críticas, as heranças das gerações que nos precederam. Se não for assim, corre-se sempre o risco de consultar mapas, horários de trens e estações inúteis, pois mudaram os mapas, e os trens já não passam naqueles horários, tampouco naquelas estações.

Em épocas de recuos e derrotas, como a que estamos vivendo, um trabalho como este, agora publicado, é mais do que nunca necessário, mesmo quando se sabe que educar para a emancipação, contra o conformismo, não é tarefa fácil. Talvez seja essa, de fato, a tarefa do educador: manter vivo o pensamento crítico, resgatar o inconformismo, abrir caminho para o trabalho e a pesquisa rigorosos, que eduquem para a complexidade real dos processos históricos e sociais em curso. Trata-se de uma prática na contracorrente do fetiche da mercadoria, das ilusões e compensações baratas da indústria da cultura e da sociedade do espetáculo, que infantilizam as pessoas, produzindo consumidores, jamais cidadãos capazes de enfrentar as resistências do real.

A Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, com orgulho, constata que as análises compartilhadas pelos autores nesta publicação contribuem para a luta contra o esquecimento e pela liberdade e emancipação humanas, demonstrando mais uma vez o respeito que se deve ao trabalho das gerações que vivem, trabalham e lutam ao longo da nossa história.

Isabel Brasil
Escola Politécnica Joaquim Venâncio

Apresentação

Em outubro de 2008 comemoramos os vinte anos de vigência da nova Constituição brasileira e, portanto, da afirmação da saúde como direito da cidadania e dever do Estado. Celebramos, na mesma data, igual período do anúncio do Sistema Único de Saúde. Em 2010, são transcorridas duas décadas de instituição formal do SUS. Estes dois decênios de trabalho, de êxitos e vicissitudes na sua construção são parte fundamental da história da saúde no Brasil.

O livro, que evoca poeticamente a saúde pública brasileira como uma malabarista 'na corda bamba de sombrinha', pretende promover um encontro entre a história e os desafios contemporâneos da saúde. Busca fazê-lo tornando a trajetória do SUS – e as tarefas de hoje – partes de uma história comum bem mais antiga, revelando em textos e imagens que nossas marchas e contramarchas pela saúde vêm de longe.

A publicação foi concebida de modo a funcionar como um recurso educacional e, assim, promover também um encontro entre história e formação para o trabalho em saúde hoje. Inspira-se, portanto, na convicção de que nos vemos mais bem preparados para o trabalho e para a vida quando estamos historicamente capacitados, quando podemos invocar e manejar autônoma e criticamente as referências do passado, referências que são parte das formas pelas quais nos tornamos sujeitos sociais.

É com este sentido que esta obra resulta de uma iniciativa comum do *Observatório História e Saúde* e do *Observatório dos Técnicos em Saúde*, ambos vinculados à Rede Observatório de Recursos Humanos em Saúde e sediados, respectivamente, na Casa de Oswaldo Cruz e na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, da Fiocruz. Ela não teria sido possível sem o apoio da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES), do Ministério da Saúde e da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). Também não teria sido possível sem o trabalho diligente de Carlos Fidélis Ponte e Ialê Falleiros, seus organizadores, que desempenharam com maestria as difíceis tarefas de mobilizar autores, ajustar estilos de texto, vasculhar arquivos e selecionar materiais; de coordenar, enfim, um trabalho de mais de duas dezenas de pessoas, que muito auxilia a difundir uma fração do percurso histórico da saúde e do rico acervo documental reunido em nossas instituições.

O resultado alcançado nos convida a uma viagem, por meio de textos e ilustrações, pela trajetória plural e contraditória da saúde pública em nosso país. A uma viagem que cativa e suscita reflexão. Ao fazê-lo, ajuda a tornar mais disponível um patrimônio comum dos trabalhadores da saúde e do conjunto dos cidadãos brasileiros.

Fernando A. Pires-Alves
Observatório de História e Saúde

Monica Vieira
Observatório dos Técnicos em Saúde



Introdução

A história da humanidade tem sido contada de muitas maneiras, alguns autores privilegiam fatores políticos, outros conferem ênfase à economia. Há também aqueles que elegem os aspectos culturais como objeto de estudo. Uns exaltam feitos de personagens individuais, outros preferem valorizar atores coletivos. Uns chamam a atenção para determinantes conjunturais, outros optam pela análise de elementos estruturais. Essas múltiplas abordagens e vertentes da vida social, tomadas em conjunto ou de forma isolada umas das outras, constituem, certamente, chaves de interpretação da trajetória de nossa civilização. Todas tratam de fenômenos cruciais para a compreensão da aventura humana e têm sido estudadas há longo tempo.

Essencial para que se possa traçar um panorama do desenvolvimento social, a saúde pública foi tradicionalmente abordada pelos seus aspectos biológicos, e faz pouco tempo que historiadores, filósofos e cientistas sociais voltaram o seu interesse também para a história desse campo de atividades. Expressão institucional de uma parcela bastante significativa da vida em sociedade, a saúde pública é uma área do conhecimento fundamental para a formação de painéis explicativos sobre a história da humanidade. Associadas à capacidade produtiva e ao desenvolvimento socioeconômico das nações, as doenças e as condições de saúde vêm sendo, ao longo do tempo, incorporadas como componentes essenciais das análises daqueles que procuravam pensar a qualidade de vida das populações. Fortemente vinculadas à organização social, as doenças e as teorias, práticas e instituições destinadas a combatê-las alteram por completo o cotidiano das populações, constituindo-se em dimensões determinantes, que não podem ser ignoradas nem postas em segundo plano.

A importância desta reflexão torna-se evidente se pensarmos no peso que as questões ligadas à saúde tiveram, e ainda têm, na história das sociedades. A descoberta da América (1492) e do Brasil (1500), por exemplo, foram eventos que marcaram de forma definitiva a vida no planeta. Além de armas, roupas, plantas e animais, as caravelas trouxeram vírus e bactérias desconhecidos em nosso continente. As populações indígenas foram dizimadas não apenas pelo emprego da pólvora ou das espadas, mas também pelas doenças que vieram com os europeus. As populações nativas das Américas morreram acometidas por gripes, tuberculose, sífilis e outras doenças antes inexistentes por aqui.

Do mesmo modo, os estudos sobre as epidemias, longe de estarem restritos aos índices de morbidade e mortalidade, têm nos revelado aspectos que ultrapassam em muito as questões biológicas e seus impactos demográficos. Ponto de entrecruzamento de diferentes dimensões da vida humana, a ocorrência de epidemias oferece ocasião privilegiada para observações da sociedade. Acompanhados por intensas polêmicas em torno de suas causas e formas de combatê-los, os surtos epidêmicos são, em geral, marcados por calorosos embates entre concepções culturais, científicas, religiosas e políticas as mais diversas (Rosenberg, 1992)¹.

Visão pavorosa, comparável à ação dos cavaleiros do apocalipse, as epidemias têm aterrorizado a humanidade e desafiado os homens durante milênios. Tempo de grande sofrimento, tristeza e medo, a passagem de uma epidemia constitui-se em um fenômeno altamente complexo em que estão presentes uma série de elementos que incluem faces tão distintas quanto o fervor religioso que, em busca da

salvação e do perdão divino, procura conferir sentido ao sofrimento coletivamente experimentado e a desesperança que coloca em risco a ordem pública, podendo, muitas vezes, degenerar em vandalismo.

Ao lado dos problemas acarretados pelas doenças, desenvolveram-se também crenças, saberes, práticas, personagens e entidades voltados para o combate a esses males. Eficazes ou não, religiosos, curandeiros, médicos e instituições diversas disputaram o controle sobre os cuidados com a saúde. Tais disputas se deram em meio a contextos culturais, políticos, sociais e econômicos mais amplos, que interferiram decisivamente na configuração da estrutura estatal de atenção à saúde.

No Brasil, assim como em outros países, somente no século xx se intensificaram os estudos históricos acerca dos cuidados com a saúde e das condições sanitárias e epidemiológicas observadas no país. Também são recentes os estudos sobre os arranjos institucionais, as concepções políticas, científicas e culturais e as teias de relações que envolvem a construção de um aparato estatal de atenção à saúde.

Entre nós, os cuidados estatais com a saúde pública aparecem com mais força no início do século XX, quando, em razão dos problemas acarretados à economia cafeeira, o Estado assume a responsabilidade pelo combate aos males que travavam o desenvolvimento do setor agroexportador. De acordo com essa lógica, o foco de atenção inicial do Estado foi o ataque às doenças transmissíveis, sobretudo aquelas de manifestação epidêmica, capazes de levar à morte um grande número de pessoas e comprometer a ordem econômica. Foram, portanto, as doenças transmissíveis, e não as doenças crônico-degenerativas, que primeiro fizeram com que a máquina estatal se modificasse, incorporasse outras atribuições e oferecesse novos serviços às populações sob sua jurisdição.

Constituída a partir da necessidade de fazer frente a ameaças comuns ao conjunto da sociedade, a saúde pública apresenta ainda outros aspectos pouco conhecidos do grande público. Estudos recentes têm revelado que os embates contra as doenças transmissíveis, mais do que simples áreas de atuação do poder público, estão estreitamente vinculados aos processos de formação da nacionalidade e de construção do Estado nacional. Isto porque, além de historicamente concebidas como parte integrante do funcionamento dos sistemas econômicos, as políticas sociais, nas quais se incluem as questões relativas à saúde pública, contribuíram para desenhar as atribuições, o alcance e o formato do aparelho estatal, configurando-se como elemento importante da formação da identidade e do sentimento de pertencimento que caracterizam a noção de nacionalidade. De acordo com esse ponto de vista, a expansão dos elos de interdependência social possibilitada pela ameaça comum e pela necessidade de um empenho coletivo e duradouro no combate a tais males acabou por se firmar como elemento importante na constituição do Estado-nação (Hochman, 1998).

Os serviços de atenção à saúde promovidos pelo Estado se voltaram primeiramente para a resolução dos problemas acarretados pelas doenças de fácil veiculação, deixando de lado, e sob responsabilidade de entes privados, a atenção às doenças crônico-degenerativas que, na percepção da época, não ameaçavam a sociedade como um todo. Nessa perspectiva, o que veremos frutificar ao longo de boa parte do século XX é uma crescente separação entre a área da saúde pública e o atendimento médico individualizado oferecido pela medicina previdenciária. A primeira seria financiada pelos recursos do Tesouro Nacional e a segunda, durante longo período, pela contribuição de empregados, patrões e consumidores.

Essas duas vertentes de desenvolvimento dos serviços de atenção à saúde são resultantes de uma concepção que reconhecia como pertencentes à esfera pública somente os problemas individuais que

ameaçassem o restante da população ou a ordem econômica e social vigente. Ao longo deste livro se verá que a saúde pública e a medicina previdenciária seguirão caminhos bastante distintos até serem criadas as bases que atualmente conformam o Sistema Único de Saúde em nosso país.

“Na corda bamba de sombrinha”, a saúde pública e a formação profissional na área vêm tentando se equilibrar por sobre uma realidade histórica complexa, permeada por múltiplas determinações e disputas políticas intensas. Nesse sentido, buscamos inscrever na trama da história, costurada por fios de continuidade e de mudança, as políticas e práticas de saúde e de formação de trabalhadores, de modo a potencializar o enfrentamento dos seus desafios atuais. Espera-se que o material contribua para que o público em geral e os profissionais que atuam na área possam percorrer os principais caminhos tecidos pela saúde, incorporando as dimensões histórica, política e cultural às discussões sobre os diversos aspectos que integram a construção e a consolidação de uma política pública de saúde no país.

“Asas à esperança equilibrista”!

Os organizadores

Nota

¹ Charles Rosenberg (1992) caracterizou as epidemias como ‘incidentes dramáticos’ que seguem um ‘roteiro’ dividido em ‘atos’, como uma peça de teatro. Ao primeiro deles chamou de ‘negação e progressiva revelação’. Historicamente, é muito comum que a primeira reação de uma sociedade diante de uma epidemia seja negá-la, para admiti-la somente quando se torna impossível ignorar sua presença. Isso por uma série de razões: desde o medo de prejuízos econômicos e políticos, até a simples negação psicológica do perigo. Outro padrão repete-se historicamente: ao se admitir publicamente uma epidemia, é frequente que se busquem ‘culpados’ pelo mal.

O segundo ato se passa quando autoridades e médicos procuram explicações para o acontecimento. Por muitos séculos esse quadro explicativo foi apenas religioso e moral. Entretanto, a partir da Idade Moderna, as explicações religiosas passaram a conviver com as explicações científicas, sendo essa eclética mistura fundamental para administrar as respostas sociais às doenças epidêmicas no Ocidente.

O terceiro ato consistiria na(s) resposta(s) pública(s), geralmente múltiplas, suscitadas pela epidemia – rituais religiosos, medidas policiais e sanitárias etc. –, que representam um mesmo papel: a atitude clara de solidariedade e a autodefesa de uma comunidade diante do perigo. As respostas a uma epidemia nos permitem observar os valores sociais vigentes, enquanto conflitos sobre prioridades entre elas permitem alguns *insights* sobre estruturas de autoridade e de crença.

O quarto e último ato seria o que vem depois do término da epidemia, relacionando-se com a reflexão que a comunidade faz sobre sua experiência: o que se aprende com ela? Pode ter servido para criar algumas medidas de saúde pública permanentes? (Rosenberg, op. cit., p. 278-304).

Bibliografia

HOCHMAN, G. *A era do saneamento: as bases da política de Saúde Pública no Brasil*. São Paulo: Hucitec/ANPOCS, 1998.

ROSENBERG, Charles E. (1992). *Explaining Epidemics*. Cambridge University Press.